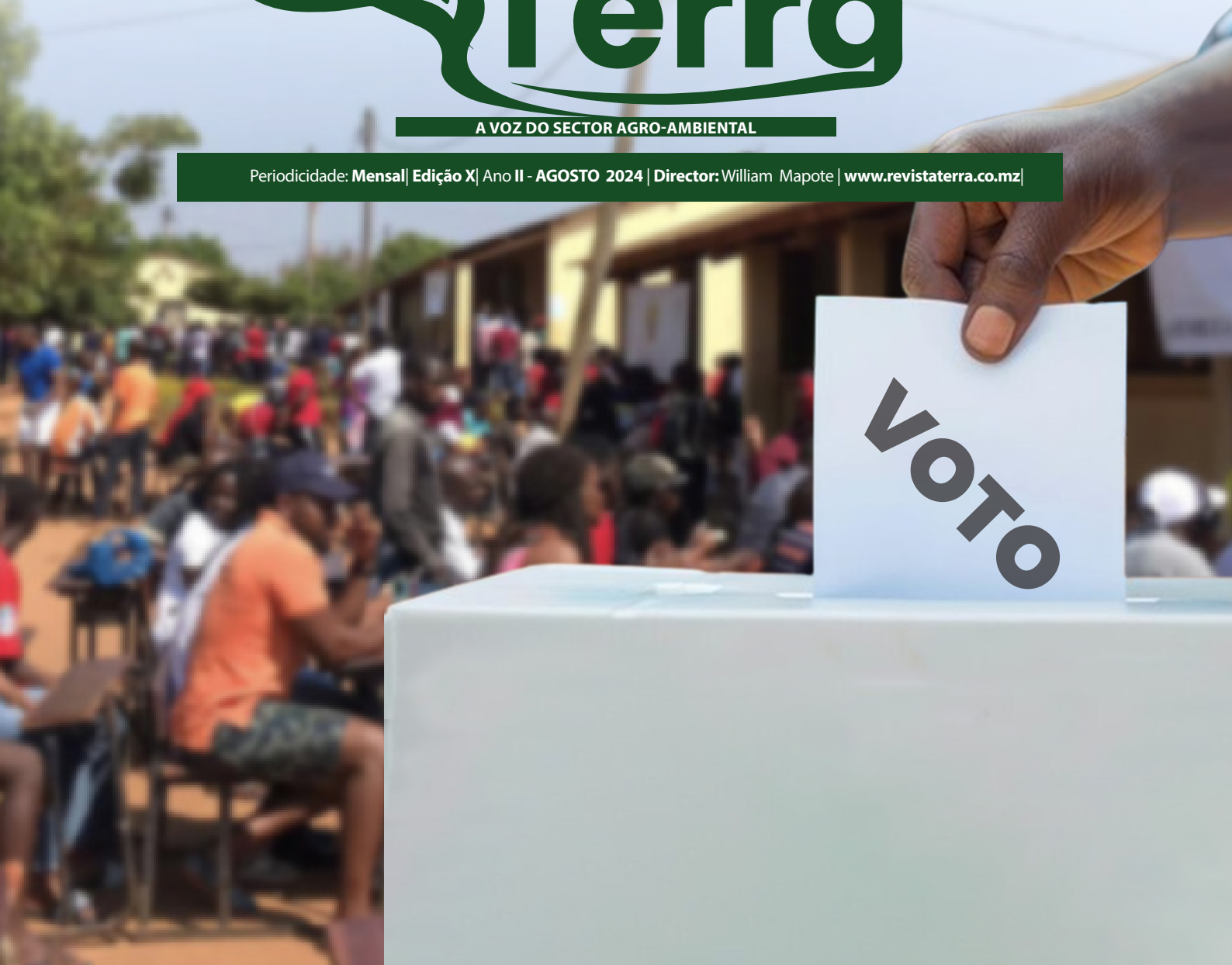




Revista Terra

A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

Periodicidade: Mensal | Edição X | Ano II - AGOSTO 2024 | Director: William Mapote | www.revistaterra.co.mz



ONDE ESTÁ O AMBIENTE?

Com a campanha eleitoral para o novo ciclo de governação política no país em curso, a Revista Terra foi aos manifestos eleitorais dos principais concorrentes e traz as promessas para lidar com os desafios ambientais, que já reclamam cada vez mais espaço nas políticas públicas.



Se é **Agro** ou **Ambiental**

Somos seu parceiro de
comunicação

Contacte-nos

comercial@revistaterra.co.mz

www.revistaterra.co.mz

+258 863233900



ÍNDICE

06



O meio ambiente nos manifestos eleitorais

11



Situação climática e os desafios para o novo ciclo de governação em Moçambique

15



Sombra Matsinhe: investir para o alento ao ambiente

20



Agricultura: "crescer" com os mesmos desafios

22



MADER quer mais poder no controlo da importação e exportação

23



Auto-suficiência no arroz prevista para 2030

24



Residentes de Moatize deixam ultimato à mineradora Vulcan

www

www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz

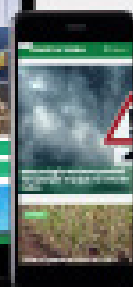
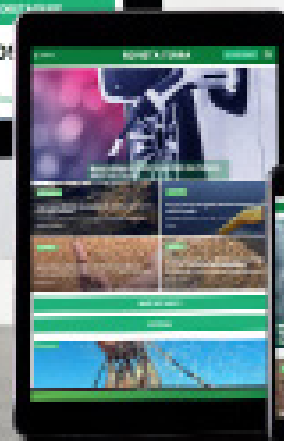
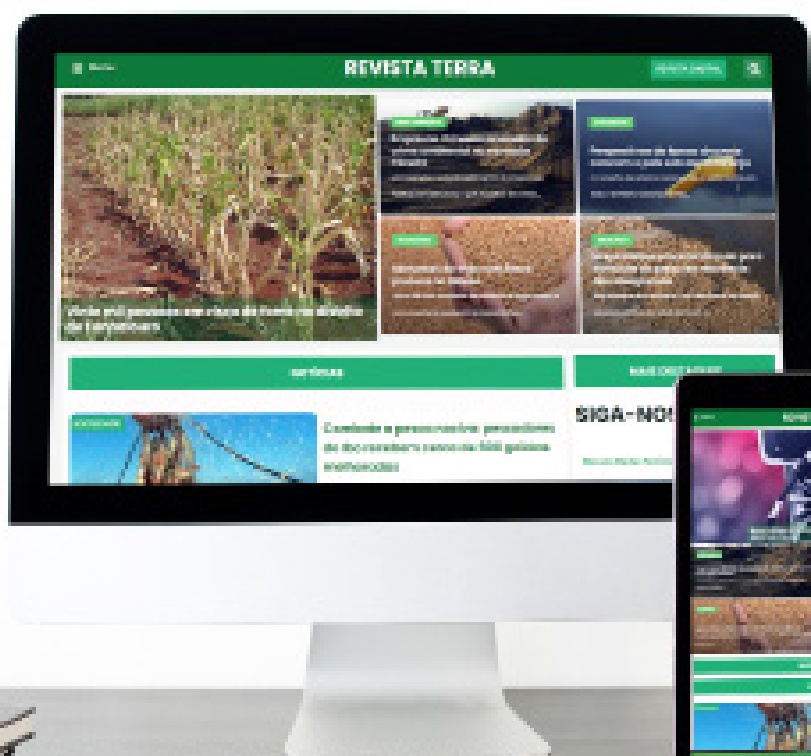


[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

Aceda a nossa
plataforma
online através do
www.revistaterra.co.mz



Ficha técnica

Propriedade

Terramedia Consultoria e
Serviços - SU

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258863233900
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz

Registo sob n.º
122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F.
Guilherme FM
Israel Falcão

Colaboradores:

Dayson Cossa
Arcelino S. Cumbi
Nordino Gabriel
Carma S.
Amade Camal
Adelino Buque
Afonso Almeida Brandão

Revisor Linguístico:

AR&Servicos SU

Maquetização

Revista Terra
Flora Langa
Samuel Maribate

Online/Webdesign

Rui Baltazar

Administração:

Narciso Filimão

website:

www.revistaterraonline.com
www.revistaterra.co.mz

Twitter:

@revistaterramz

Editorial

E se o meio ambiente votasse?

Com o presente ciclo de governação a fechar, está em curso a campanha eleitoral, que deve ser o espelho do que cada partido pretende transformar o país, pelo menos, até 2030.

Nesta edição trazemos como nota de fundo, o que dizem os manifestos eleitorais dos concorrentes à Ponta Vermelha, no capítulo ambiental.

Com os efeitos climáticos a se mostrarem um factor crítico para o desenvolvimento sustentável, de forma transversal, é mais do que claro que qualquer projecto de governação deve ter em conta esta área.

Na última década, o meio ambiente falou mais do que o suficiente para dele aprendermos.

Para além dos efeitos devastadores a que assistimos, como resultado dos fenómenos climáticos, que muitos pontos do país ainda guar-

dam as marcas profundas, estudos globais e de cientistas nacionais, há muito que fizeram soar o alarme.

Os desafios são conhecidos e é a procura de soluções que trazemos o que dizem os manifestos eleitorais.

Não se pretende, nesta edição,

Estudos globais e de cientistas nacionais, há muito que fizeram soar o alarme. Os desafios são conhecidos e é a procura de soluções que trazemos o que dizem os manifestos eleitorais.

trazer qualquer análise às promessas dos candidatos, apenas mostrar, através de extractos, onde cada um coloca o meio ambiente.

A análise, essa será trazida para o manifesto do partido que for o vencedor.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz

O MEIO AMBIENTE nos manifestos eleitorais

Os partidos políticos estão na rua a vender as suas promessas eleitorais para o próximo ciclo de governação. Com base nos manifestos disponíveis, consultamos o que os principais candidatos, nomeadamente, a Frelimo, Renamo, MDM e o “independente” Venâncio Mondlane propõe para lidar com a emergência climática.



Protecção

como chave do progresso



A última década deixou marcas profundas do impacto das mudanças climáticas no país. Estudos e previsões científicas globais e com incidência particular para Moçambique há muito que fazem soar o alarme, chamando atenção para a necessidade de uma acção cada vez mais activa para lidar com os fenómenos naturais.

Com mais ou menos desenvolvimentos, os principais manifestos trazem alguma menção para planos de acção climática.

No seu documento oficial, intitulado "O Pensamento Político", traz numa das componentes do pilar de "Desenvolvimento Sustentável da Economia" o compromisso da "Defesa do Ambiente, Adaptação às Mudanças Climáticas e Resposta a Desastres".

Sem desenvolvimento sobre a dimensão que dá ao assunto, a candidatura de Mondlane associa, ainda assim, a protecção ambiental, como um dos elementos fundamentais para um progresso sustentável.

Reduzir

os combustíveis fósseis

Da descarbonização à protecção ambiental, o manifesto do partido do Galo manifesta-se sensível à agenda ambiental e coloca as mudanças climáticas como uma das prioridades nos seus planos sectoriais.

- Diminuição das Emissões de Gás com Efeito de Estufa através da florestação e reflorestação, com base no plantio de árvores em áreas desmatadas ou degradadas, promovendo o plantio de duas árvores em cada uma abatida;
- Assegurar o recebimento dos fundos de compensação dos países mais poluentes através da apresentação em instituições internacionais de reclamações do país;
- Investir na utilização de energias renováveis e diminuir o uso de combustíveis fósseis;
- Proteger a natureza e valorizar o meio ambiente;
- Promover o plantio de mangais e de outras plantas que concorrem para diminuição da erosão;
- Proibição de corte de madeira para exportação em bruto;
- Proibição de uso de material plástico tanto para embalagem;
- Agravar a tributação das aquisições de material plástico incluindo as empresas que produzem garrafas plásticas;
- Fomentar a Limpeza contínua de material plásticos nas praias e outros lugares estratégicos para sua diminuição.



Energias e Aquecimento Global

Os desafios ambientais encontram-se no manifesto da Renamo, resumidos em apenas três pontos, que têm como tema, “Energia e Mudanças Climáticas”.

A seguir a descrição das promessas do segundo maior partido político neste capítulo



Massificar o uso da eletricidade

Os preços actuais da electricidade são incompatíveis para a maioria dos moçambicanos.

A RENAMO irá promover o aumento de fontes de produção de electricidade, construindo mais barragens ao longo dos rios Lúrio, Licungo, Zambeze e Limpopo, para dessa forma aumentar a oferta de electricidade, baixar os preços e melhorar a acessibilidade;

Promover o uso de energias renováveis

Sendo Moçambique um país com muitos meses de sol ao longo do ano, com bastante vento em todo o país, a RENAMO irá promover o uso de energia solar de forma massiva, subsidiando a instalação de painéis solares bem como o uso da energia eólica;

Contagem dos factores de aquecimento global

A massificação da electricidade e das energias renováveis conterà o uso de fontes de energia nocivas ao meio ambiente como os combustíveis fósseis. As indústrias e as famílias terão a possibilidade de utilizar fontes de energia limpa, aumentando dessa forma o aquecimento global, principal fator das mudanças climáticas. Essa será uma mudança muito positiva e benéfica para Moçambique que tem sido alvo de vários eventos climáticos extraordinários como secas, cheias e ciclones.

Sustentabilidade e preservação



Com um manifesto sob o signo de “união e coesão”, a FRELIMO traz para a campanha promessas ambientais em dois capítulos resumidos nos objectivos de “Gestão Sustentável dos Recursos Naturais” e o “Desenvolvimento de Infra-estruturas Resilientes às Mudanças Climáticas”.

“Uma economia sustentável, para funcionar, requer que sejam conservados os elementos da natureza, minimizando os seus impactos sem, no entanto, deixar de atender as necessidades básicas da população” defende o manifesto do partido no poder.

Para assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente, os “camaradas” propõem medidas como a implementação de “políticas que garantam uma gestão inter-geracional dos recursos naturais e do ambiente, usando a riqueza gerada no presente e manter as possibilidades de crescimento para as gerações vindouras”.

A proposta traz também um enfoque para a indústria extractiva, onde defende a modernização e adopção de “tecnologias inovadoras, que sejam amigas do ambiente”.

Os “camaradas” dizem ainda que vão “incentivar a promoção e implementação de estudos e investigação destinados a reduzir o risco de catástrofes naturais e a adaptar-se às mudanças climáticas” e “assegurar que a agenda do crescimento verde seja integrada nas prioridades nacionais de desenvolvimento, garantindo assim a preservação dos ecossistemas, a biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais”.

Com objectivo de dar continuidade aos com-

promissos com a agenda climática global, a candidatura de Daniel Tchapo diz que vai “promover intervenções multissetoriais integradas para reduzir as emissões de carbono associadas às mudanças no uso e ocupação do solo, aderindo aos princípios da gestão sustentável dos ecossistemas terrestres naturais e artificiais, contribuindo para os esforços globais de mitigação e adaptação às alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável”.

No sector das infraestruturas, as promessas resumem-se no mesmo pensamento que vinha norteando a visão do actual ciclo de governação, nomeadamente, a resiliência contra factores climáticos.

“O desenvolvimento sócio-económico e a promoção do bem-estar dos moçambicanos dependem da construção, reabilitação e manutenção das infra-estruturas de estradas, pontes, vias-férrreas, aero-portuárias, pesqueiras, telecomunicações, escolas, unidades sanitárias, retenção e armazenamento e abastecimento de água, energia, centros de formação profissional, edifícios para a administração pública e para a administração da justiça, resilientes às mudanças climáticas” explica o manifesto.

Para materializar este princípio, a FRELIMO compromete-se a “introduzir a questão das mudanças climáticas no ciclo de planeamento das infra-estruturas, melhorar a informação relacionada com o clima como contributo para a avaliação e os códigos de construção e assegurar a coordenação institucional”.

Situação climática e os desafios para o novo ciclo de governação em Moçambique



Romão Xavier

Dir. da OXFAM Moçambique

1. Situação Climática Global

O conceito de Mudança Climática evoluiu desde o início do século 19. No entanto, foi entre as décadas de 1950 e 1960 que a preocupação com as mudanças nos padrões de variabilidade climática aumentou e as evidências do efeito de aquecimento do gás carbônico se tornaram cada vez mais convincentes. Desde a década de 1990, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas-PIAC (um painel financiado pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas) têm vindo a resumir os resultados da investigação científica sobre as alterações climáticas levada a cabo por várias disciplinas. Esta investigação fornece uma avaliação do estado dos conhecimentos sobre as alterações climáticas que é publicada como um Relatório de Avaliação amplamente aceite e utilizado como quadro orientador sobre as alterações climáticas. Além disso, o PIAC elabora relatórios especiais e documentos técnicos e apoia a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC). A CQNUAC foi adotada em 1992 e entrou em vigor em 1994. Fornece o quadro político global e a base jurídica para abordar a questão das alterações climáticas a nível mundial.

Depois de décadas de trabalho para reduzir os efeitos das alterações climáticas, foi levado a cabo o primeiro balanço do Global Stoketake (GST), que culminou com os documentos finais acordados durante a realização do último encontro da Conferência das Partes - COP 28 em Dubai, em Novembro do ano passado. No seu documento final foi sublinhada a necessidade de um pico das emissões globais de gases com efeito de estufa até 2025 e da sua redução de 43% até 2030 e de 60% até 2035, em comparação com

os níveis de 2019, a fim de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Observou que alguns países estão fora do caminho quando se trata de cumprir suas metas do Acordo de Paris – As Partes concordaram em apresentar seus planos climáticos actualizados para 2035 até a COP 30 e que estes devem ser alinhados com o limite de 1,5°C com base nos melhores dados científicos disponíveis e nos resultados do GST de 2023. Apelou às partes para que contribuam para "a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, de modo a alcançar zero líquido até 2050, de acordo com a ciência", e triplicando a capacidade global de energias renováveis e duplicando a taxa anual de melhorias da eficiência energética antes de 2030; reduzir as emissões não relacionadas com o CO₂, com especial incidência em atingir emissões globais de metano quase nulas até 2030 – que são 80 vezes mais nocivas do que o dióxido de carbono a curto prazo; e a eliminação progressiva, logo que possível, dos subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis que não combatam a pobreza energética nem facilitem transições justas.

Outros acordos foram alcançados, tais como a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos - para apoiar as nações vulneráveis mais impactadas pelos impactos das mudanças climáticas; o acordo para a transição dos combustíveis fósseis para os sistemas energéticos; acordo para elaborar uma meta de financiamento da luta contra as alterações climáticas pós-2025 antes da COP29; referência textual no âmbito do Objetivo Global de Adaptação (OGA) que apela a uma duplicação do financiamento da adaptação e dos planos de avaliação e acompanhamento das necessidades de adap-

tação nos próximos anos; menção textual apelando à transição dos combustíveis fósseis para os sistemas energéticos de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, de modo a alcançar o net-zero até 2050; inclusão de textos sobre transição justa no âmbito do GST, OGA, financiamento da luta contra as alterações climáticas e acordos de execução; bem como textos que apelam à aceleração da utilização da adaptação ecossistémica e de soluções baseadas na natureza; e a Declaração dos Emirados sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática, com compromissos para incluir as emissões da agricultura e da agricultura nos seus planos nacionais de ação climática

A transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de uma forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, de modo a alcançar zero líquido até 2050, de acordo com a ciência

Embora toda a África contribua anualmente com menos de 4% para os gases de efeito estufa globais, muitos países africanos são especialmente vulneráveis a eventos climáticos extremos e são incapazes de se adaptar às mudanças climáticas de longo prazo. Os países africanos experimentam uma perda média de 5% a 15% do PIB por ano devido às mudanças climáticas. Mas quando os países que são partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima se reúnem em seu evento anual cimeira (a Conferência das Partes, ou COP) para discutir como mitigar e adaptar-se aos impactos negativos das alterações climáticas, os africanos ainda têm pouca voz e os seus argumentos ainda não são baseados em evidências científicas sólidas. O Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPPC) identificou a região do canal de Moçambique como um hotspot de alterações climáticas e Moçambique como um dos hotspots mais atingidos. Moçambique é gravemente afetado por catástrofes provocadas pelo clima. Nas últimas duas décadas, o país experimentou um aumento de eventos climáticos extremos, como secas, inundações e tempestades, que devem se tornar apenas mais frequentes e intensos no futuro.

As implicações socio-económicas dos acontecimentos passados foram, em muitos casos, significativas. Em 2016, as piores secas em 35 anos associadas ao El Niño-Oscilação Sul causaram graves quebras de safra e a morte de milhares de agricultores. As implicações para a segurança alimentar do país foram tremendas, diminuindo a disponibilidade geral de alimentos em 15%. Essas dificuldades foram ainda agravadas pela série de ciclones tropicais, como Dineo (2017), IDAI (2019), Kenneth (2019), Chalane (2020), (Diane 2020), Guambe (2021), Eloise (2021), Gombe (2022), Ana (2022), Jasmine (2022), Cheneso (2023) e Freddy (2023), só para citar alguns. Visitar comunidades profundamente

afetadas pelas alterações climáticas é sempre humilhante e revelador das realidades que as comunidades estão sujeitas.

Em toda a África, a resiliência dessas comunidades é nada menos que notável enquanto se esforçam para se adaptar a um clima em rápida mudança e com eventos cada vez mais secos e imprevisíveis. No entanto, há também uma profunda confusão e angústia, uma vez que os seus modos de vida são perturbados por várias, diferenciadas e, as vezes combinadas, crises climáticas. Em Moçambique, secas, ciclones e inundações afetaram gravemente a agricultura, culturas e as infraestruturas nas zonas rurais e urbanas e de-

Dois acontecimentos importantíssimos e estruturantes no presente ciclo político governativo - Moçambique ascendeu ao Conselho de Segurança como membro não permanente, um feito sem precedentes

slocaram muitas pessoas das suas casas. As terras se tornaram impróprias para a agricultura devido a secas constantes, inundações frequentes, que também danificaram infraestruturas críticas. Consequentemente, estão a ser forçadas a deslocar-se. Essas comunidades não têm compreensão do que está causando essas interrupções e os fatores globais em jogo. A crise climática está muito além da capacidade de qualquer país ou continente de enfrentar sozinho. As emissões das nações mais ricas estão a afetar profundamente as comunidades rurais em toda a África – pessoas que são inocentes das causas desta crise. Para as nações e corporações mais ricas: suas emissões significativas estão tendo consequên-

cias terríveis para vidas inocentes. A humanidade precisa agir com urgência, mas de forma transparente e justa. Os lucros que as corporações e os países ricos acumulam têm um preço alto para aqueles que não contribuem e não têm participação nessa situação. O imperativo é priorizar a humanidade e refletir sobre o verdadeiro impacto de nossas ações.

2.Os Desafios climáticos para Moçambique

Os imperativos para o novo ciclo de governação. Os impactos das alterações climáticas colocam Moçambique numa situação de múltiplas vulnerabilidades, se associado a outras crises já endémicas, tais como o conflito incessante, incluindo os conflitos violentos e extremistas, o país é desafiado a tomar medidas mais arrojadas, corajosas e responsáveis. Dois acontecimentos importantíssimos e estruturantes no presente ciclo político governativo - o país ascendeu ao Conselho de Segurança como membro não permanente, um feito sem precedentes. - e foi nomeado, pelo Presidente (em exercício) da Comissão da União Africana, Campeão da União Africana para Gestão do Risco de Desastres Naturais, em reconhecimento dos esforços na luta contra os impactos dos desastres naturais, tendo sido

destaque pela forma como está, institucionalmente, organizado para lidar com fenómenos naturais extremos, e pela sua capacidade de evitar a perda de vida e de bens. Em 2025 a Conferência das Partes – COP 30 realiza-se no Brasil, um país com relações estreitas e especiais com Moçambique e que tem uma presidência muito preocupada com as questões do Clima. Espera-se que Brasil vai puxar as Partes ao Limite para adotarem ações de defesa do clima mais arrojadas que prejudiquem menos aos países em desenvolvimento, de forma a que os países mais ricos e as corporações assumam sua responsabilidade pelas consequências das ações passadas e presentes do uso irracional de fontes fósseis de

energias para alcançar o seu crescimento económico desenfreado. É neste quadro promissor que, apesar dos impactos severos das alterações climáticas sobre o tecido socio-económico de Moçambique, se espera do novo ciclo governativo uma acção ainda mais arrojada e concertada para melhorar a pujança do país nas diferentes frentes climáticas, colocando a questão de mudanças climáticas no topo da agenda da sua ação governativa e alocando os seus melhores recursos humanos e financeiros para liderar tal agenda.

A nível regional e global, é essencial aumentar a capacidade e a participação de Moçambique para poder influenciar o rumo e os resultados colectivos nos vários grupos negociais do sistema das nações (Quadro

das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), tais como o grupo Africano de Negociadores (AGN), o grupo dos países menos desenvolvidos, o G77+ China, em toda a cadeia negocial do Clima, incluindo engajamentos bilaterais, até a COP. A nível nacional prioridades giram à volta da revisão das metas da contribuição nacionalmente determinada (NDC) a ser revista e submetida antes da COP 30 é um marco notável, juntamente com o melhor alinhamento do Plano Nacional de Adaptação (NAP) e os respectivos Planos Locais de Adaptação (provinciais e/ou distritais) de forma a responder às necessidades reais das comunidades locais (urbanas e rurais). A questão da Nova Meta Colectiva Quantificada, incluindo Objectivo Global de Adaptação e foco em

adaptação baseada na natureza (ecossistemas) e liderada pela comunidade; a questão do acesso ao financiamento climático, incluindo o aumento da capacidade local de pesquisa climática; a questão das compensações e o fundo de Perdas e Danos; o desenvolvimento de competências profissionais adaptadas ao clima, sobretudo para jovens; a questão central da criação de resiliência climática e educação climática a todos os níveis, a promoção da economia azul, a questão de transição energética justa, incluindo a exploração dos minerais estratégicos de transição e adição local do valor; o papel dos actores não estatais na promoção da cidadania climática e na consolidação das ações de aumento da capacidade adaptativa das comunitárias.

PUB.

COMPRE TRACTORES

Novos ou reconicionados e respectivas alfaias



**Encomenda
Contacte-nos
Para**

comercial@revistaterra.co.mz



Carteira Escolar Dupla

Garantia Qualidade Conforto



FABRICANTES DE: MOBILIÁRIO
ESCOLAR, HOSPITALAR E DE
ESCRITÓRIO

Mobiliário Escritório

- Secretárias
- Armário p/ arquivo
- Arquivadores, estantes
- Cadeiras giratórias
- Mesinhas p/ telefone
- Mesas p/ computadores

Mobiliário Hospitalar

- Cama hospitalar
- Cama articulada
- Biombo, Macas
- Mesa genecológica
- Mesa de observação
- Maca com carro
- Suporte de sorros, etc.



Mobiliário Escolar

- Carteiras metálicas
- Carteiras em madeira
- Carteiras universitárias
- Mesa p/ professor
- Estantes p/ biblioteca

Maputo

Rua das Abacateiras nº 738
Telefax: 21 781 183
Cell: 82 4664940
Email: matafil_lda@gmail.com

Beira

Rua Base N'Tchinga
Telefax: 23327634
Cel: 825309760
Email: matafil_lda@hotmail.com

Sombra Matsinhe: investir no alento ao ambiente

Da recolha, classificação e reciclagem de resíduos sólidos, o grupo alargou o seu império com investimentos inovadores e futuristas, que o tornam numa das referências na transformação e capitalização de material descartável.

Nasceu como um grupo empresarial com enfoque no sector de Comércio e Serviços Gerais, mas, os desafios ambientais abriram novos horizontes, fazendo com que se (re)adaptasse para explorar as novas oportunidades.

“Foi uma necessidade de juntar o útil ao agradável” explica Inácio Matsinhe, líder do grupo Sombra Matsinhe, instado pela Revista Terra, para falar da nova “paixão” empresarial.

Segundo explicou, tudo começou com a disponibilização de serviços de casas de banhos móveis para ambientes de eventos sociais, nomeadamente, espectáculos e outros tipos de lazer, em locais públicos.

Do lixo resultante, surgiu outra oportunidade de negócio, que obrigou o grupo a alargar as actividades para a área de resíduos sólidos.

“Os nossos clientes começaram a pedir outros serviços, nomeadamente, o lixo gerado nos eventos. Então, entendemos que no desempenho da gestão integral das casas de banho faltava naturalmente a componente da recolha do lixo.

Não lixo sanitário, mas lixo geral”, recordou.

Era então o início de uma nova etapa que, aliado à demanda, pela quantidade de lixo que a capital do país (Maputo), em particular, vinha produzindo e que, vezes sem conta, a incapacidade de recolha, colocava os municípios de costas voltadas com a edilidade.

Da recolha de resíduos, foi nascendo a necessidade de abraçar a actividade de reciclagem, alargando cada vez mais a necessidade do grupo de se readaptar, especializando-se e capacitando-se tecnicamente, para responder aos desafios da recolha, selecção, classificação e dar nova vida ao lixo que era recolhido, o que foi exigindo cada vez mais, novos investimentos.

“Ao longo deste desempenho vimos que tínhamos que acrescentar a componente gestão de lixo, no lugar de simples transporte de lixo. Então entendemos que tínhamos que ter um Centro de Gestão e Classificação do Lixo, de acordo com as normas ambientais”, explicou Matsinhe.

Negócio de paciência

Para além do amor pela causa ambiental, Matsinhe, como qualquer investidor, investe na reciclagem para ganhar dinheiro, mas confessa que este é um sector que exige, sobretudo, paciência.

A título de exemplo, fala da reciclagem do chamado *tetra pak*, ou seja, os pacotes geralmente usados para leite fresco e sumos empacotados, que é um dos produtos que a Sombra Matsinhe transforma para dar novo uso.

“O tetra pack tem uma percentagem de geração muito reduzida no mercado nacional, devido ao baixo nível de consumo de empacotados. Para fazer um tampo de mesa de cozinha, por exemplo, precisamos de uma média de três a nove milhões de recipientes gerados do lixo, e até um ou dois anos de colecta contínua e armazenamento e esse processo precisa de um pouco de paciência, até atingir três, seis oito toneladas de matéria de tetrapack”, explica.

Segundo explica, numa primeira fase, a reciclagem é uma actividade mais social, pois o lucro pode vir um pouco mais tarde.

“O lucro poderá vir, mas há, numa primeira fase, uma componente social. São dois anos que estaremos a

dar emprego às pessoas, dar renda a algumas comunidades, por conta da recolha de resíduos recicláveis. Então, é preciso preparar-se psicologicamente no sentido de que não deve ser um negócio de urgência”.

“Vou ganhar dinheiro numa perspectiva de projecções e não de imediato, sempre com um compromisso de ajudar a respeitar o ambiente”, enfatizou.

Geração de mercado

A reciclagem é hoje uma actividade que está a ganhar grande espaço ao nível das principais cidades e bairros periféricos do país.

Das garrafas plásticas (vulgo PET) às latas de bebidas, de metais ao vidro e papelão, muitas famílias encontram sustento nas actividades de recolha primária e venda às empresas especializadas na área.

Mas o que de longe pode parecer um negócio muito rentável, Matsinhe explica que a monetarização do lixo não é tão simples quanto possa parecer.

“O mercado não é automático. O mercado de venda de lixo gerado



depende muito da geração de quantidades e melhor classificação dos materiais”, explica, numa abordagem sobre a recapitalização do lixo.

Da recolha do lixo ao transporte, selecção, classificação e gestão, a Sombra Matsinhe é, actualmente, uma referência ao nível nacional.

Das oficinas daquele grupo, produzem-se hoje vários produtos e

materia-prima para usos gerais, com destaques para favos de ovos, blocos ecológicos, resultantes do reaproveitamento do vidro descartado, explorando uma cadeia de valor na fabricação de artefactos que, segundo a meta do grupo, é contribuir para o chamado Zero Waste (desperdício zero, numa tradução livre).

Mobiliário produzido com madeira plástica



Madeira plástica

A produção de “madeira plástica” resultante de granulados de material plástico descartado é a nova aposta da Sombra Matsinhe, que se torna pioneira ao nível nacional neste tipo de empreitada.

Comum na Tanzânia e Quênia, países que já usam a madeira plástica ao nível da hotelaria, produção de decks, toldos, alpendres, es-

truturas de lazer para parques de diversão, vedações para pecuária, estábulos, postes de iluminação na via rodoviária, paliçadas para delimitação, de entre outros serviços, a nova aposta do grupo Sombra Matsinhe está na fase experimental, e espera-se que em breve, entre no mercado como alternativa sólida para o uso da madeira natural no sector da construção.

“Estamos numa fase experimental, mas temos uma ordem de cinco a oito por cento de madeira pré-colocada, apenas à espera dos preços. Temos, também, um pensamento de criarmos uma parceria nas grandes cadeias de distribuição de materiais de construção para serem nossos dealers”, explicou o líder do grupo, assegurando que “estamos a perceber que o resultado neste momento é mais aliciante e promissor em termos desta terceira fase de reaproveitamento de matéria-prima reciclada de plástico”.

A aposta na nova “madeira” é, para Inácio Matsinhe, uma forma de apostar no futuro e, de certa forma, contribuir para a preservação florestal.

“Actualmente estamos a destruir as florestas por causa da madeira. Daqui a 50 anos não vamos ter madeira, mas vamos ter muito lixo, incluindo material plástico. Se começarmos agora a apostar em madeira plástica, em substituição da madeira nativa, o ambiente agradece”, defendeu.



Segurança como factor chave

Alda Panguene é a responsável pela área de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (HST) nas unidades de gestão e reciclagem da Sombra Matsinhe.

A sua principal responsabilidade é garantir que toda a cadeia de actividades do sector da reciclagem decorra

dentro de um ambiente que preserva a higiene e saúde, quer dos trabalhadores, quer da comunidade, no geral.

“A Higiene e Segurança são factores extremamente importantes numa indústria de reciclagem. Como imagina, lidamos com lixo que passa por vários factores contaminantes e é importante que a empresa não seja um foco de contaminação”, descreveu.

“Para a Sombra Matsinhe leva bastante a sério a questão da higiene e segurança e, por isso, o nível de exigência dentro da unidade é muito apertado”, frisou a técnica.

Segundo dados oficiais, a Sombra Matsinhe recolhe uma média de 20 toneladas de resíduos por dia. Desta quantidade, apenas entre duas ou três toneladas é que vão para os aterros sanitários. Apesar do nível de reaproveitamento dos resíduos que ali entram ser bastante considerável, acredita que, uma educação ambiental por parte da sociedade, pode contribuir para um nível de reaproveitamento quase integral.

“A educação ambiental é muito importante na cadeia da reciclagem. Por exemplo, se a comunidade souber separar o lixo orgânico do inorgânico, teríamos cada vez menos lixo a ir para os aterros, por o nível de aproveitamento por parte da indústria de reciclagem seria cada vez mais elevado”.

“Neste momento temos muito lixo que vai para os aterros porque há uma mistura, o que faz com que alguns resíduos sejam rejeitados no processo para a reciclagem, devido ao nível de contaminação”, clarificou.

PUB.

Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções
aos nossos clientes

CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

sales@rotundaplanthire.co.za

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398

Webpage: <https://rotundaplanthire.co.za/>



ROTUNDA
PLANT HIRE

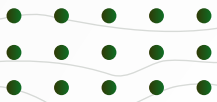


TABELA DE PUBLICIDADE

TABELA DE PREÇOS DA REVISTA DIGITAL

ESPAÇO	CUSTO
Página inteira	10.200Mt + IVA
Meia página	5.300Mt + IVA
Rodapé	3.500Mt + IVA
Meio do rodapé	1.750Mt + IVA

TABELA DE PREÇOS DO ONLINE

Formato	DIMENSÕES	CPM (Campanha por Site) Mensal
Billboard	1200 X 250 Px	7.000,00Mt + IVA
Skycraper	120 X 600 Px	5.000,00Mt + IVA
Square	250 X 250 Px	3.000,00Mt + IVA



Participe!



13ª

Conferência da Sociedade Africana
de Ciências Agronómicas
Da pesquisa a soluções práticas



Pré-Anúncio

Construindo o Futuro de África:

Investigação e Inovação Agrícola para a Transformação Agrária, Resiliência e Inclusão



16 a 19
Setembro
2024

Local: Campus Principal da Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Moçambique

Tema 1

Sistemas de produção agrícola

Sistemas de produção sustentáveis e eficientes, desde o plantio até ao processamento, comercialização e consumo.

Tópicos:

- Melhoramento de plantas, biotecnologia e sistemas de sementes.
- Sistemas alimentares e segurança nutricional.
- Agro-processamento.
- Sistemas e tecnologias de produção modernos (agricultura digital, mecanização).
- Culturas para energia limpa.
- Culturas marginalizadas e emergentes.

Tema 2

Resiliência

Reduzir o impacto das mudanças climáticas, dos riscos naturais e das catástrofes relacionadas ao clima.

Tópicos:

- Criação de variedades tolerantes ao stress climático.
- Mudanças climáticas e resiliência dos sistemas agrícolas.
- Saúde, fertilidade e manejo do solo.
- Agricultura sustentável e regenerativa.
- Protecção vegetal, manejo integrado de pragas e biossegurança.
- Gestão da água.

Tema 3

Inclusão

Participação das mulheres e dos jovens na agricultura e no mercado.

Tópicos:

- Agronegócio, empreendedorismo e sistemas de mercado inclusivo.
- Agricultura de pequena escala e inclusão na comercialização.
- Abordagens inclusivas de género para a adopção de tecnologias e literacia financeira.
- Inclusão do género no acesso aos recursos, à formação e às oportunidades de mercado.
- Envolvimento dos jovens na agricultura.
- Sistemas de conhecimento agrícola.
- Políticas para a transformação agrícola.



Comissão Organizadora Local

Coordenadora do LOC:

Presidente da ACSS :

Secretariado:

Endereço:

Email:

Telefone:

Página Web :

Profª. Drª. Amélia Sidumo

Profª. Drª. Luísa Santos

Sr. Cremildo Chiconela and Srª. Kiara Dimande

Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal,
Universidade Eduardo Mondlane. Maputo Moçambique

acss2024@uem.mz

(+258) 867800264

<https://acss2024.uem.mz>

Agricultura:

“crescer” com os mesmos desafios

O sector da agricultura registou um crescimento quantitativo na produção das principais culturas alimentares ao longo do quinquénio prestes a terminar, mas continua longe de satisfazer as necessidades alimentares do país.



De acordo com os dados contidos no informe anual do Presidente da República sobre o Estado da Nação, o sector apresenta um crescimento a todos os níveis, sobretudo ao nível de cereais, leguminosas, hortícolas, contudo, prevalecem desafios no acesso a sementes certificadas e a disponibilidade de extensionistas, que são parte dos problemas da agricultura nacional.

Segundo o informe, o uso de sementes certificadas registou um crescimento na ordem de 100% o que se traduz numa disponibilidade actual de 12.6 mil toneladas de 27 variantes diferentes, representando uma cobertura de 50% das necessidades nacionais. Para além da cobertura, ainda limitada, o acesso por parte dos camponeses do sector familiar, que dominam em quantidade, a produção agrícola no país, também continua um problema.

Extensionistas

A rede de extensionistas resume-se actualmente em cinco mil profissionais, que asseguram uma cobertura de apenas 30%.

No seu último informe anual, apresentado ao parlamento neste mês de Agosto, Filipe Nyusi reconheceu que a situação ainda representa um desafio para o país.

“Estamos a caminhar mas ainda é preciso puxar”, disse o Chefe de Estado.

Tomate próximo da auto-suficiência

A produção nacional de tomate está a registar um au-

mento substancial, o que leva o Governo a acreditar que muito em breve, o país não precise de importar para satisfazer a demanda do consumo interno.

De acordo com o balanço contido no Informe Anual, de 2019 a esta parte, a produção nacional cresceu em 100% atingindo actualmente pouco mais de 1.6 milhões de toneladas.

“Aquele grito de que estamos a consumir tomate de um outro país, a qualquer momento pode terminar porque já está-se a produzir tomate em quantidades significativas em Moçambique”, vaticinou Nyusi.

Fraca cultura de fertilizantes

Enquanto cresce a produção de tomate, o uso de fertilizantes continua muito aquém do recomendável, exigindo do sector agrícola, “mais acções para estimular o uso”.

De acordo com dados oficiais, os agricultores nacionais continuam com fraca cultura do uso de fertilizantes, o que contribui, em parte, para a fraca produtividade por hectare.

Segundo o último balanço, de 2019 a 2023, o uso de fertilizantes aumentou de 108.3 mil toneladas para 149.9 mil toneladas, como resultado de “integração de pequenos produtores na cadeia de valor, convista a aumentar a produção e renda”, contudo, apenas a província de Tete, com destaques para os distritos de Angónia e Tsangano, revelam mais uso.



MADER quer mais poder no controlo da importação e exportação

Através de um Decreto na fase de auscultação a instituição pretende, de entre outros objectivos, combater a especulação de preços e garantir o controlo efectivo das exportações agrícolas no país.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) quer passar a ter maior controlo do processo de importação de produtos alimentares básicos e a exportação de produtos agrícolas, devendo submeter, em breve, ao Conselho de Ministros, a proposta do Decreto que vai regular a nova actuação.

De acordo com a proposta, que já está em fase de discussão com actores da cadeia de produção, importação e exportação, o objectivo é garantir “maior fiabilidade, rigor e reforço no controlo da qualidade sob ponto de vista sanitário, incentivo ao aumento da produção agrícola e a redução do custo de vida da população”.

“Com o presente Decreto espera-se assegurar a disponibilidade de produtos alimentares básicos no mercado nacional de forma estável, combater a especulação de preços, garantir o controlo efectivo das exportações agrícolas e reduzir o déficite da balança de pagamentos” indica o documento que tivemos acesso, na sua fundamentação.

Do lado das importações, o futuro Decreto pretende incidir sobre produtos como o arroz, frango, óleo alimentar, milho, farinha de milho, trigo e açúcar, enquanto que do lado das exportações, a incidência vai para leguminosas, oleaginosas, algodão, tabaco, banana, chá, caju, macadâmia, milho e coco.

A proposta prevê, de entre outros aspectos, introduzir uma “Credencial Única de Importação” para produtos alimentares básicos, que será “um instrumento administrativo destinado a simplificar e agilizar o processo de importação de determinados produtos considerados básicos essenciais, permitindo ao seu titular a importação de produtos neles previstos, durante determinado



Min. da Agr. visitando uma fábrica de processamento de castanha

período de tempo”.

Sector privado céptico

Numa primeira avaliação à proposta, o sector privado mostrou reservas, considerando que o Decreto representará uma duplicação de procedimentos, uma vez que instituições como o Ministério da Indústria e Comércio e o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INOQ) já fazem parte das exigências previstas.

Por outro lado, o sector privado olha para a proposta em cima da mesa, como um instrumento que “irá criar mais barreiras e taxas ao processo, aumentar fossos de corrupção que, em última instância, coloca pressão para à indústria nacional e submete as empresas a várias certificações”.

Para já, a proposta ainda está em fase de auscultação, esperando-se que seja submetida para aprovação do Conselho de Ministros, antes do final da presente legislatura.

“Com o presente Decreto espera-se assegurar a disponibilidade de produtos alimentares básicos no mercado nacional de forma estável, combater a especulação de preços, garantir o controlo efectivo das exportações agrícolas e reduzir o déficite da balança de pagamentos”



Produção de açúcar com previsões de aumento

A produção nacional do açúcar poderá atingir 210 mil toneladas na campanha 2024/2025, o que representará um ligeiro aumento, comparativamente à última época, altura em que os indicadores fecharam em 200 mil toneladas.

As perspectivas foram, recentemente, avançadas pelo Director Executivo da Associação de Produtores de Açúcar de Moçambique (APAMO), Orlando da Conceição, em entrevista ao matutino Notícias.

Apesar do crescimento previsto, o sector continua a produzir abaixo da média da última década, que era de cerca de 350 mil toneladas por ano.

Contribuem para a queda da produção nacional, a paralisação da Açucareira da Maragra, na província de Maputo, na sequência das inundações do primeiro trimestre em 2022, e o impacto dos eventos climáticos, que têm sido frequentes no país.



Auto-suficiência no arroz só em 2030

Moçambique espera duplicar, dentro de cinco anos, a produção nacional do arroz, por forma a alcançar os níveis de satisfação do consumo interno, estimado em 355 mil

toneladas por ano.

A meta foi apontada, recentemente em Maputo, pela Directora Nacional da Agricultura Familiar, Lúcia Luciano.

“Estamos a mobilizar investimentos que não incluem apenas acesso ao financiamento mas também a capacitação dos agricultores para melhorarem a produção, criar facilidades no acesso aos insumos, fertilizantes, insecticidas, controle de pragas, entre outros”, explicou a directora, numa reunião em Maputo.

Actualmente o país produz por época uma média anual de 161 mil toneladas, o que coloca o défice para a satisfação do consumo interno em 171 mil toneladas, que é preenchido por importações.

“O nosso esforço é olhar para a questão do arroz, pois notamos que o consumo desta cultura tem estado a aumentar e o desafio é concentrar esforços nela rumo à auto-suficiência. Há condições para se produzir a cultura”, explicou.

Dados oficiais indicam que o país conta actualmente com 28 mil camponeses do sector familiar que se dedicam à produção do arroz, essencialmente, nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula que são os que possuem maior potencial.



Estados perdem luta global contra subnutrição

Uma em cada onze pessoas no mundo, o equivalente a cerca de 733 milhões de pessoas, passaram fome em 2023, das quais, e uma em cada cinco vivem no continente africano, aponta o último relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI).

O relatório anual lançado este mês no decurso da Reunião Ministerial da Força-Tarefa da Aliança

Global contra a Fome e a Pobreza do G20 no Brasil, alerta que o mundo está significativamente aquém de atingir o objectivo de Fome Zero, até 2030, tal como definido nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A avaliação revela ainda que o mundo retrocedeu 15 anos, estando com os níveis de subnutrição comparáveis aos de 2008-2009.

Apesar de alguns progressos em áreas específicas, como nanismo e amamentação exclusiva, um número alarmante de pessoas continua a enfrentar a insegurança alimentar e desnutrição.

“Se as tendências actuais continuarem, cerca de 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030, metade delas em África”, alerta a rede das Organizações das Nações Unidas.



Consumo global da madeira em alta

O consumo mundial de produtos madeireiros continua em níveis considerados recorde, o que continua a colocar em causa a sustentabilidade de algumas espécies e florestas.

Os dados constam do recente relatório das Nações Unidas sobre a produção global de madeira que aponta para um consumo anual de cerca de quatro bilhões de metros cúbicos.

O relatório alerta contra o crescimento da demanda global por madeira em toro que até 2050 deverá crescer 49%.

“Quase seis bilhões de pessoas usam produtos florestais não madeireiros, e 70% dos pobres do mundo dependem de espécies selvagens para alimentação, medicina, energia, renda e outros propósitos”, revela o relatório.

Residentes de Moatize deixam ultimato à mineradora Vulcan



Residentes da vila carbonífera de Moatize, na província de Tete, estão em pé de guerra com a empresa de exploração mineira Vulcan Moçambique, por causa dos níveis de poluição ambiental provocados pelo processo de extração de carvão.

Trata-se de um problema que já vem de longo tempo, mas que ainda não foi solucionado, o que levou a comunidade de Moatize, a dar um ultimato à mineradora, para que até ao fim da segunda semana de Setembro próximo, resolva o problema.

“Se a presente reclamação não merecer a vossa devida e integral atenção, num prazo razoável de 30 dias, contados da data de submissão da presente reclamação, nos reservamos de tomar todas as medidas legais de protesto e de tutela efectiva dos nossos direitos individuais e colectivos, sem olvidar das competentes indemnizações caso haja lugar para o efeito”, indica um documento entregue na primeira quinzena de Agosto corrente pela comunidade de Moatize.

Através de imagens partilhadas nas redes sociais, a população mostra, por exemplo, constantes nuvens de poeiras densas que tornam o ar

irrespirável nas proximidades da mina.

Reagindo em torno do problema, o Centro Terra Viva (CTV), uma organização da Sociedade Civil ligada a questões ambientais, acusou o Governo de estar a fazer “vista grossa” ao problema, sendo esta a causa da situação estar a perdurar.

“Aquele nível de nuvens e poeira, parece-me haver uma situação irregular. E não é preciso ser um especialista para entender que está a haver um fenómeno. Se a população está a reclamar, então, devia haver imediatamente uma aproximação das autoridades, da Agência para a Qualidade Ambiental (AQUA) e de outros, para verificar e poderem resolver a situação”, disse Semântica Remane, Directora-Executiva do CTV, citada pelo diário “O País”.

Por outro lado, aquela responsável disse haver em Moatize, “elementos suficientes para uma intervenção”.

“Não somos médicos especialistas em análise da água ou de partículas, mas acho que o Governo, como tal, ou o Estado moçambicano tem que olhar para isso. Tem que trazer os especialistas necessários para medir o nível de poluição e tomar medidas”, salientou.

Marcas do Idai longe de ser apagadas

Cinco anos depois da passagem do ciclone Idai, o mais devastador fenómeno climático que assolou a província de Sofala, em particular, o processo de reconstrução continua com défice de 1.9 milhões de dólares para a conclusão do plano de reposição dos danos.

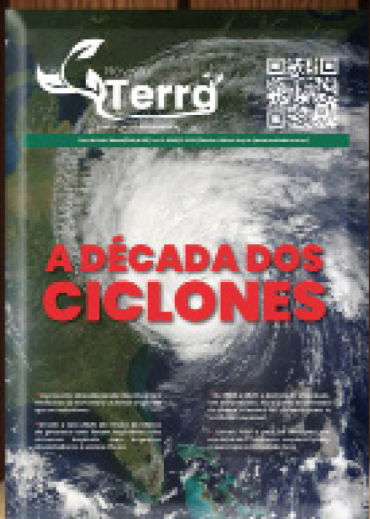
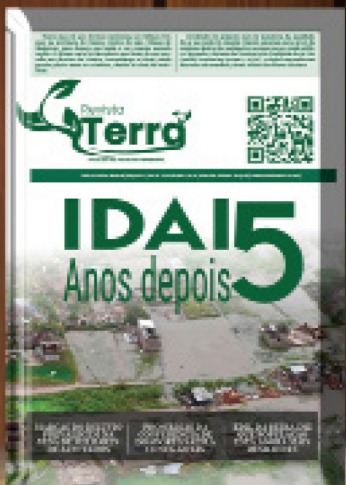
De acordo com o balanço apresentado nesta terça-feira, no final de mais uma sessão do Conselho de Ministros, dos pouco mais de três milhões de dólares (3.167, 11 milhões) estimados para a reconstrução dos danos, o país recebeu dos parceiros de cooperação a confirmação de menos da metade do valor.

Segundo os números apresentados, dos parceiros de cooperação o país teve a confirmação de 1.266, 077 milhões de dólares, tendo conseguido um valor adicional de 71 milhões, mobilizados junto do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e da Fundação Tzu Chi, totalizando pouco mais de 1.3 mil milhões de dólares.

“Entre 2019 e 2024 foram executados 704 milhões de dólares, correspondentes a 56%, existindo um saldo para a implementação do projecto, até 2026, de 526,77 milhões de dólares” anunciou o porta-voz do Conselho de Ministros, Filimão Swaze.

Do valor conseguido, o balanço de execução indica que fora construídas e entregues aos beneficiários, 5759 casas, de um total de 150 mil destruídas pelo ciclone.

Ao nível de outras infraestruturas sociais, o balanço aponta ainda para a construção e reabilitação de 3269 salas de aula, de um total de 4745 afectadas e reposta a transitabilidade num total de 4154 km de estradas que tinham secções interrompidas, na sequência de danos provocados pelo ciclone, incluindo 28 pontes.





Revista Terra

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta
M Telef.: +258842399758, +258847344482
e +258821233910

Email: redacao@revistaterra.co.mz